

<https://doi.org/10.22398/2525-2828.09278-22>

# Nós por nós: solidariedade negra e economia criativa

## *Us for us: black solidarity and creative economy*

Lia Vainer Schucman<sup>1</sup> , Heitor Marques Santos<sup>1</sup> , Maria Eduarda Delfino das Chagas<sup>1</sup> 

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos por participantes negros e negras de feiras solidárias ao trabalho informal e ao empreendedorismo. Para isso, entrevistamos participantes negros de feiras de economia solidária na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, com o intuito de analisar como suas atividades se relacionam com movimentos sociais. Para a compreensão dessas práticas, categorizamos os conteúdos dessas entrevistas em dois grandes núcleos temáticos: “Sobrevivendo por conta própria: inovação e criatividade”; e “Subjetividade e Economia Criativa”. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que os movimentos sociais e a economia criativa são como ferramentas de mobilização para gerar acessos, renda e fortalecimento não só de vínculos, mas também de identidade negra positivada. No entanto, fica evidente que a trabalhadora e o trabalhador negros carregam uma história singular de discriminação racial e de exclusão não apenas no mercado formal, mas também no apoio para o empreendedorismo e a economia criativa.

**Palavras-chave:** Racismo. Raça. Economia criativa. Movimentos sociais.

### ABSTRACT

*This article aims to analyze the meanings attributed by black men and women, participants of solidarity fairs, to informal work and entrepreneurship. To this end, we interviewed black participants of solidarity economy fairs in the city of Florianópolis in order to analyze how their activities relate to social movements. To understand these practices, we categorized the contents of these interviews into two major thematic nuclei; Surviving on Your Own: Innovation and Creativity; and Subjectivity and Creative Economy. The results obtained in this research point out that social movements and the creative economy are like mobilization tools to generate access, income, strengthening not only bonds, but also the positive black identity; however, it is evident that the black worker carries a unique history of racial discrimination and exclusion not only in the formal market, but also in support for entrepreneurship and creative economy.*

**Keywords:** Racism. Race. Creative economy. Social movements.

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis (SC), Brasil. E-mails: liavarners@gmail.com; psi.heitormarques@gmail.com; medelfinochagas@gmail.com

Recebido em: 01/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

## INTRODUÇÃO

Para pensar a economia criativa e os processos que envolvem o empreendedorismo negro atualmente, é importante contextualizar historicamente a transição do modelo escravista ao capitalista no Brasil e o legado da escravidão no mercado de trabalho. A história do Brasil está intrinsecamente ligada ao racismo e, consequentemente, este é um elemento relevante nas estruturas sociais e econômicas do país. O mercado de trabalho é um dos processos responsáveis e fundadores da formação dessa realidade, perpetuando desigualdades e limitando as oportunidades para grupos minorizados<sup>1</sup>. As consequências da escravidão no Brasil são fatores essenciais para compreender as dinâmicas atuais do mercado de trabalho e como elas impactam na economia criativa. Conforme destaca Moura:

[...] A Abolição conserva a estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas (Moura, 1988, p. 25).

No período pós-abolição, a vida das pessoas ex-escravizadas foi marcada por obstáculos e desamparo, pois, além do racismo existente na sociedade brasileira, não houve iniciativas que dessem condições sociais, econômicas e civis às pessoas que conquistaram a liberdade. Poucas ou quase nenhuma opção eram viáveis nesse contexto, uma vez que não existiram políticas públicas que garantissem direitos como terras e acesso à educação, o que forçou as pessoas negras libertas a permanecerem trabalhando em ofícios com baixas remunerações e análogos à escravidão (Schwarcz; Gomes, 2018).

José de Souza Martins (2010) pontua que a questão abolicionista foi retratada em termos de substituição do trabalhador escravo pelo livre, o que, naquele contexto, significou a substituição física do negro pelo imigrante europeu. O resultado disso não foi apenas a transformação no quesito trabalho, mas também a substituição do trabalhador (Martins, 2010). Enquanto parte das pessoas recém-libertas pela Lei Áurea ocupavam as margens da sociedade em uma tentativa mínima de sobrevivência, imigrantes europeus recebiam trabalho, terra e acesso à educação para residir no território brasileiro (Fernandes, 2008; Jaccoud, 2008; Theodoro, 2008). Portanto, o período pós-abolição, que poderia ter sido caracterizado pela liberdade e pela inclusão, foi marcado por novas formas de exclusão social, cujas consequências ainda estão presentes e consolidam o racismo estrutural existente no país (Schwarcz; Gomes, 2018).

Neste trabalho, o conceito de raça será articulado de acordo com a definição proposta por Guimarães (1999). Logo, raça não será entendida como uma categoria biológica ou essencial, e sim como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica incorreta, mas socialmente eficaz para criar, sustentar

<sup>1</sup> Neste trabalho, grupos “minorizados” serão referidos enquanto pessoas que foram marginalizadas historicamente por estarem fora dos padrões hegemônicos.

e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p. 153). Embora não haja evidências biológicas que comprovem a existência de raças humanas, Guimarães (1999, p. 153) pontua que elas são “plenamente reais no mundo social, resultantes de maneiras de classificar e identificar que direcionam as ações humanas”.

Nesse contexto, vale ressaltar que a noção de raça no imaginário popular atual ainda é a mesma produzida pela ciência moderna dos séculos XIX e XX. Essa ideia serviu para categorizar a diversidade humana em grupos considerando as características físicas, sendo elas responsáveis por determinar as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas das pessoas, estabelecendo uma hierarquia de valores desiguais (Munanga, 2004).

Essa hierarquia de valores pode ser analisada no contexto do mercado de trabalho. A falsa ideia de que traços físicos estão relacionados a valores morais, intelectuais e estéticos contribuiu para que ocupações profissionais fossem preteríveis a determinados grupos distinguidos racialmente. Nesse sentido, alguns dados apontam que o empreendedorismo, a economia criativa e o trabalho informal têm sido a grande forma de sobrevivência de homens e mulheres negras neste país.

## **TRABALHO INFORMAL, EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA CRIATIVA NA VIDA DOS NEGROS BRASILEIROS**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a população brasileira é composta majoritariamente de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, parcela que soma 56,2% da população. Entretanto, percebe-se que esse número não é representado de maneira justa no mercado de trabalho ao investigarmos aspectos como renda, salário, taxa de desemprego, setores de trabalho formal, acesso a oportunidades educacionais, participação em cargos de liderança etc. De acordo com uma pesquisa realizada por Cesario (2017), somente 6,3% dos cargos de gerência nas 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por pessoas desse grupo, estando a maioria em posições técnicas e operacionais.

Diante dessa realidade, é possível constatar que trabalhadores negros enfrentam desafios para se manter e se desenvolver profissionalmente no mercado de trabalho formal. Dessa forma, a economia criativa e o empreendedorismo se destacam como opções de renda, que hoje somam cerca de 25 milhões de pessoas trabalhando por conta própria (Mick; Nogueira, 2023). Esse número expressivo aponta para trabalhadores que atuam de forma autônoma com articulações de movimentos sociais, com múltiplas ocupações e/ou por contrato de pessoa jurídica que se relaciona com o mercado informal.

Percebemos, nas entrevistas realizadas para este artigo, que o trabalho por conta própria está relacionado com as experiências individuais dessas pessoas, ou seja, a área de empreendedorismo dos entrevistados perpassa aspectos relacionados a sua história de vida, bem como momentos de transições na qual relacionaram a sua subjetividade com os produtos a serem comercializados.

O processo de subjetivação, ou o que também podemos nomear como um processo de construção de identidade, refere-se à maneira como o indivíduo internaliza

e ressignifica as normas e os valores sociais com o meio para construir a sua subjetividade. Esses processos são dinâmicos e contínuos, ocorrem a partir da interação entre o indivíduo e o meio social em que está inserido (Maheirie, 2002). Na perspectiva racial brasileira, a subjetivação é moldada pelas relações raciais — os sujeitos negros, por exemplo, estão constantemente em um processo de ressignificação da sua negritude e do lugar que ocupam na sociedade (Schucman, Gonçalves, 2020).

Esse fenômeno ocorre de maneira única em pessoas negras no solo brasileiro. A dialética sobre a inclusão do negro no modelo capitalista gira em torno do mito da democracia racial e de que somos todos iguais, mas, ao mesmo tempo, hierarquizada e discrimina tanto pelos traços físicos quanto por valores estigmatizados atribuídos à origem de pessoas pretas e pardas. Esse dualismo impacta diretamente na constituição da identidade dessas pessoas, pois impõe a necessidade de lidar com os estigmas e os significantes negativos associados à raça para a formação de identidade.

É importante ressaltar que o trabalho informal para as pessoas negras tem sido um modo de sobrevivência desde o período pós-abolição. A subsistência dessas pessoas estava diretamente relacionada às estratégias que gerassem renda. O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa (2003), classificou essas “habilidades” econômicas em grupos distintos de inserção provisória para aquisição de renda. As principais atividades descritas por Lessa (2003) estavam relacionadas à logística da cidade, envolvendo carregadores manuais e entregadores, outro grupo de artesãos produtores, sendo tarefas relacionadas à confeitaria e à costura, além de grupos de comerciantes, como ambulantes e camelôs.

Esses grupos atuavam na fissura que dividia a lenta transição do modelo escravista para o capitalista no Brasil. Com intuito de sobreviver financeiramente, os trabalhadores negros buscaram estratégias para gerar renda a partir das demandas que surgiam do cotidiano e dos trabalhos formais, estes ocupados em sua maioria por pessoas brancas, massa expressiva de indivíduos que eram como fonte dos materiais necessários para execução da mão de obra informal, mas também consumidores dos serviços prestados em sua maioria por pessoas negras.

Atualmente, o trabalho informal no Brasil é caracterizado pela ausência de vínculos empregatícios formais, como o regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o que implica em condições de trabalho precárias, instabilidade econômica e falta de direitos trabalhistas. De acordo com dados do IBGE (2021), cerca de 40% da força de trabalho brasileira está inserida no setor informal. Esse fenômeno é mais prevalente em períodos de crise econômica, quando as oportunidades no mercado formal são reduzidas, como ocorreu durante a pandemia, em que diversas profissões passaram por reestruturações ou até mesmo deixaram de existir, obrigando os trabalhadores a se adequarem a novas formas de atuação e se apoiarem coletivamente para gerar renda.

Nesse sentido, a economia criativa tem sido apontada como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, esse setor abrange diversas atividades, desde a produção cultural e artística até a inovação tecnológica utilizada pelos meios de comunicação. Essa interação por meio de veículos de comunicação e movimentos sociais tem como objetivo gerar renda; além disso, também pode ser

analisada no período de transição do modelo escravista ao capitalista entre os séculos XVIII e XIX. No entanto, como base dos setores econômicos, a economia criativa não está isenta das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, particularmente as que estão relacionadas a gênero e raça.

Os mecanismos discriminatórios enfrentados por homens e mulheres negras na economia criativa do Brasil são reflexo das desigualdades estruturais que atingem a nossa sociedade. A falta de representação e valorização desses indivíduos no setor econômico limita não apenas suas oportunidades de gerar renda, mas também o potencial de inovação e diversidade que são essenciais para o desenvolvimento da economia.

Apesar de esse modelo apresentado por Lessa (2003) ser pensado no período transitório do escravista ao capitalista, as pessoas negras construíram seus métodos de sobrevivência. Essas estratégias foram transmitidas entre gerações e mesmo com pouca inserção no trabalho formal, reverberando até os dias atuais. Nesse sentido, essas atividades são lidas como formas de resistência, criatividade e aprendizado, passados de geração em geração, que podem ser nomeados como cultura oral e ancestralidade. Esses fenômenos foram e são responsáveis pelos processos de constituição de sujeitos negros na sociedade brasileira. Têm sido também uma forma de criatividade dessa população, por isso entrevistamos empreendedores negros para pensar de que forma eles dão sentido a esses trabalhos.

## **MÉTODOS E PROCEDIMENTOS**

Para entender de que forma a economia criativa e o empreendedorismo produzem subjetividade entre pessoas negras, trazemos aqui algumas análises de falas de trabalhadoras e trabalhadores por conta própria na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Para a coleta de dados, utilizamos o instrumento da entrevista. O fato de o recorte da pesquisa investigar a relação entre a economia criativa e a subjetividade dos sujeitos entrevistados nos concedeu a liberdade de determinar apenas dois critérios para a escolha dos participantes. O primeiro foi a pessoa ser identificada como negra por ela mesma e por nós, enquanto pesquisadores. O segundo critério foi residir em Florianópolis e participar de feiras solidárias.

Logo no início das entrevistas, foi apresentado e assinado pelas pessoas o formulário de consentimento livre e esclarecido. Perguntamos se havia alguma objeção quanto ao aparecimento das falas e dos nomes e, sem exceção, todos responderam que não havia problema em identificá-los. No entanto, optamos por colocar nomes fictícios, já que a intenção desta pesquisa não é a de retratar a singularidade de cada um deles. Para tal, foram realizadas cinco entrevistas com pessoas que estavam trabalhando na feira que ocorre semanalmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A primeira entrevistada, chamada Edna, tem 50 anos, identifica-se como mulher negra e atua como empreendedora em vendas de quitutes e doces da culinária típica dos quilombos da região que cresceu na Bahia. A segunda entrevistada, Eliana, de 42 anos, identificada como mulher negra, atua na venda de artigos espirituais e sessões de consultas sobrenaturais. A terceira, chamada Sônia, tem 33 anos, identifica-se como mulher negra, seu ramo de empreendedorismo está

na área de artefatos de cerâmica, suas obras são confeccionadas de acordo com os eventos e feiras em que é chamada para participar, mas, de acordo com a entrevistada, estes estão relacionados a feiras de movimentos sociais negro e de gênero. A quarta entrevistada, Ivani, de 35 anos, identifica-se como mulher negra e trabalha com brechó. Por fim, o quinto entrevistado, Douglas, de 36 anos, identifica-se como homem negro e trabalha com massoterapia e terapia holística.

Para chegar ao objetivo deste trabalho, escolhemos o método qualitativo, pois acreditamos que os processos constituintes da economia criativa e do empreendedorismo para sujeitos negros são uma produção social, portanto não se faz necessário quantificar as pessoas que atuam nesse setor, mas qualificar as formas em que o processo de subjetivação ocorre, pois os números já são apontados por institutos de pesquisa, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A nossa preocupação é entender e categorizar como a economia criativa se relaciona com a subjetividade dessas pessoas; para isso, acreditamos que as entrevistas em profundidade poderão fornecer as respostas necessárias. Os entrevistados foram escolhidos a partir das relações primárias, pois, conforme apontado por Bourdieu (2001), as interações e conexões sociais próximas e pessoais são fundamentais para entender a dinâmica dos campos sociais.

Por fim, para contemplar essa metodologia, foi feita a Análise Temática (Dias; Mishima, 2023), pois surgiram reflexões significativas sobre a forma como as estruturas sociais são construídas, mantidas e transformadas ao longo do tempo no mercado de trabalho autônomo. Essa abordagem permite uma compreensão ampla dos processos sociais, contribuindo para investigação significativa das ações que contribuem para a manutenção dos mecanismos discriminatórios no processo de desenvolvimento dos trabalhadores por conta própria. O objetivo foi categorizar dois grandes núcleos temáticos: “Sobrevivendo por conta própria: inovação e criatividade”; e “Subjetividade e Economia Criativa”. A categorização desses temas nos permitiu analisar como e quando ocorrem os processos de subjetivação entre os trabalhadores por conta própria.

## **DESIGUALDADES RACIAIS NO TRABALHO: DADOS ATUAIS**

Dados relacionados à taxa de desemprego, que comparam o número de pessoas desempregadas de diferentes grupos raciais, fornecem uma visão inicial da disparidade no acesso ao mercado de trabalho. Renda e salário também são indicadores importantes, pois revelam a diferença na remuneração média de trabalhadores negros e brancos em posições similares e com qualificações equivalentes. Analisar as ocupações e os setores de trabalho nos quais a população está empregada também é relevante — se um grupo constitui maioria absoluta em empregos de baixa remuneração, esta é uma forma de identificar desigualdade. A participação em cargos de liderança também é crucial, pois a falta de pessoas negras nessas posições pode indicar barreiras à ascensão profissional. Analisar o acesso a oportunidades educacionais e qualificações revela as desvantagens no acesso à educação, o que pode afetar as perspectivas de emprego. Uma outra maneira de analisar esse fenômeno é pelo processo de divulgação, seleção e recrutamento das oportunidades de trabalho.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou, em 2016, pelo sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego, dados sobre a População Economicamente Ativa (PEA), taxas de participação das populações negra e não negra, taxa de desemprego, entre outros dados, com a finalidade de pesquisar sobre pessoas negras no mercado de trabalho metropolitano. Além disso, em novembro de 2023, o DIEESE também publicou um boletim especial sobre o Dia da Consciência Negra com mais informações sobre raça e mercado de trabalho, sendo assim as duas fontes mais recentes com dados quantitativos para verificação.

A pesquisa analisou a taxa de desemprego por raça/cor e sexo, e constatou que, no segundo trimestre de 2023, a taxa de desocupação de pessoas negras era de 9,5%, enquanto o de pessoas brancas era de 6,3%. No caso das mulheres negras, a taxa de desemprego é ainda mais expressiva (11,7%), enquanto a de pessoas brancas corresponde a 7,0% para mulheres e 5,7% para homens.

No setor público, em que o ingresso ocorre por meio de concursos, a pesquisa do DIEESE (2016) apontou baixo número de pessoas negras em todas as regiões investigadas. Observados a partir do recorte de gênero, os dados são ainda mais alarmantes, pois o número de mulheres negras que ocupam o setor público corresponde a 8,7%, enquanto sua área de maior expressão numérica está em empregos domésticos, com 18,3% — ressalta-se que o total de pessoas brancas nessa mesma função é de 4,7%. A explicação para essa diferença também pode ser analisada sob a ótica de que metade dos funcionários públicos tem nível de escolaridade superior, fator determinante das desigualdades raciais que estão relacionadas ao acesso à educação e à especialização profissional.

De acordo com o livro *Trajetórias das desigualdades*, organizado por Marta Arretche (2015), entre 1960 e 2010, as pesquisas realizadas destacam a discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho nacional, ajudando a explicar as desigualdades de rendimento e salário, até mesmo quando esses grupos têm o mesmo nível de escolaridade (Cacciamali; Hirata, 2005; Proni; Gomes, 2015). Por exemplo, as funções estratégicas de liderança e coordenação continuam sendo ocupadas predominantemente por homens, sendo mais difícil para as mulheres alcançarem esses postos (Comin, 2015). Entretanto, com o intuito de velar a minoria de pessoas negras nas ocupações de maior renda, convém destacar que as mulheres se distribuem por todos os extratos da sociedade (Garcia, 2005). Embora seja possível observar o aumento de pessoas negras no ensino superior, os brancos ainda correspondem a 75% da população universitária e predominam em carreiras de maior prestígio social (Silva; Prates, 2015), fatores que estão associados a estética, intelectualidade e moralidade. Dessa forma, é evidente a constatação de que é lenta e gradual a redução das desigualdades entre brancos e negros relacionadas à progressão educacional e à formação profissional (Proni; Gomes, 2015).

Segundo estudos realizados pelo DIEESE (2016) sobre a PEA branca e não branca em 2009, 44,6% dos trabalhadores negros e indígenas podiam ser classificados como trabalhadores informais precários, contra 29,4% dos brancos (incluindo brancos e orientais). Já em 2013, essas porcentagens diminuíram em ambas as categorias: 38,7 contra 23,8%, mas, mesmo assim, é notável a contínua disparidade sobre o recorte racial.

As situações laborais mais vulneráveis, ou seja, trabalhos informais, sem remuneração e rendimento mensal muito baixo, também são predominantes em pessoas negras. No caso do trabalho informal com remuneração mensal baixa (inferior a um salário mínimo), percebe-se que a população negra economicamente ativa em 2013 corresponde a 17,3%, enquanto o número de pessoas brancas nesse mesmo grupo corresponde a 8,6%. Ou seja, a proporção de negros com esse tipo de ocupação precária era duas vezes maior do que a de brancos. A diminuição de emprego sem carteira assinada para os dois grupos continuou em queda entre 2009 e 2013, mas a porcentagem era menor entre brancos do que entre pessoas negras, sendo 2,9 contra 5,8% no último ano.

A partir dos estudos sobre a PEA (DIEESE, 2016), pode-se constatar que todos os casos de ocupação informal com rendimento menor que um salário mínimo apresentavam alta probabilidade de serem exercidos por trabalhadores negros (69 contra 31% de brancos). Na faixa de rendimento entre um e menos de dois salários mínimos, os diferenciais eram um pouco menores (59 contra 41%), mas ainda sim expressivos. Em resumo, a maioria das ocupações precárias continua reservada às pessoas negras.

O fato de a população negra representar a maior parte dos trabalhadores submetidos a atividades profissionais associadas à precariedade ocupacional pode ser entendido como resultado de diversos mecanismos de discriminação racial ainda presentes na sociedade brasileira. Por isso, essas questões merecem atenção especial das políticas públicas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho (Proni; Gomes, 2015).

Essa disparidade também pode ser constatada em cargos de liderança nas organizações. Foi verificada a prevalência de pessoas negras em atividades informais, relacionadas à precariedade ocupacional, dados que são inversamente proporcionais quando comparados às posições de liderança nas organizações. De acordo com uma pesquisa realizada por Cesario (2017), somente 6,3% dos cargos de gerência nas 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por pessoas negras, estando a maioria em posições técnicas e operacionais.

Os referidos dados também levantam outras discussões importantes a serem consideradas em outro momento: se a maioria das pessoas atuantes em cargos estratégicos, de destaque e relacionados à tomada de decisão é branca, sob quais condições os profissionais negros ocupam esses ambientes? Como acontecem os mecanismos discriminatórios nesses locais? Como está a saúde mental dos profissionais negros que acessam esses espaços? Vale ressaltar que a discussão sobre saúde mental não se restringe somente às psicopatologias, pois fatores psicossociais precedem questões relacionadas a saúde e doenças, e estas estão relacionadas com aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de cada indivíduo (Deon *et al.*, 2020).

Para que essa realidade seja naturalizada pela população brasileira, falsas ideologias constituem o imaginário das pessoas nas relações sociais, e a ideia de que as recompensas e as posições na sociedade são distribuídas com base no mérito individual é uma delas. Acredita-se que aqueles que trabalham duro ou têm talento são



recompensados, enquanto o insucesso dos demais ocorre devido à falta de esforço ou habilidade, paradigma conhecido como o mito da meritocracia. Outra ideia refere-se à falsa representação da democracia racial do país, na qual acredita-se que oportunidades justas de acesso a educação, moradia, trabalho e mobilidade social são oportunizadas a todas as pessoas, basta se esforçar o suficiente para conquistá-las, sem levar em consideração a transferência de riqueza herdada entre gerações (Fernandes, 1965; Guimarães, 2002). Apesar da convivência aparentemente pacífica em determinados momentos entre diferentes grupos raciais, a realidade é que a sociedade brasileira está em constante conflito e produção de desigualdades sociais e econômicas. Conforme destaca Lia Vainer Schucman, “quem nega que a maioria dos lugares de poder são ocupados por brancos, devido às vantagens estruturais, só pode estar de fato acreditando na superioridade branca e, portanto, usando a chave racista” (Schucman, s/p, 2021).

As dinâmicas do mercado de trabalho expressam os padrões vigentes das relações raciais, por isso é fundamental destacar como as políticas públicas voltadas a essa finalidade desempenham um papel crucial para a construção de oportunidades justas de desenvolvimento e mobilidade social. As políticas de ações afirmativas visam combater o racismo estrutural nos âmbitos político, econômico e legislativo das instituições, com o intuito de atuar sobre práticas que perpetuam a discriminação racial no trabalho. Elas buscam diminuir barreiras históricas que têm impedido o acesso igualitário ao mercado de trabalho para pessoas negras, bem como sua permanência e ascensão profissional.

Entretanto, para que essa realidade das organizações fosse validada e naturalizada no imaginário social brasileiro, estratégias de controle para explicação das questões raciais foram difundidas. Conceitos ideológicos atrelados a meritocracia e democracia racial propagaram a ideia de que posições sociais e econômicas seriam conquistadas com base no mérito individual, ou seja, aqueles que trabalham duro e são talentosos teriam a oportunidade de alcançar o sucesso. Perpetuou-se também o mito de que a sociedade brasileira seria livre de discriminação racial, sendo o Brasil um país onde todas as raças conviveriam em harmonia e teriam igualdade de oportunidades para acesso a educação, moradia, alimentação e principalmente trabalho, tema central deste artigo.

No entanto, a igualdade de oportunidades sempre foi uma falácia e o trabalho por conta própria e a informalidade para pretos ou pardos têm sido historicamente a forma de sobrevivência desse grupo, que apesar da falta de direitos tem reinventado a economia criativa e produzindo sentidos à essa prática social, como podemos observar nos resultados desta pesquisa.

## **SOBREVIVENDO POR CONTA PRÓPRIA: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE**

Mesmo apontando para a individualidade do processo de empreender, como Edna, que refere a si como “*euquipe*”, um dos pontos questionados na entrevista trata da contribuição dos movimentos sociais para esses trabalhadores. Isso porque, dentro do processo de economia solidária, compreende-se a importância da

dimensão da “ajuda mútua, solidariedade e igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos” (Gadotti, 2009, p. 13). Esse fator pode ser visto como um agente que contribui para o processo de subjetivação e constituição de identidade das pessoas que trabalham por conta própria.

Chama-nos a atenção falas como a de Edna que apontaram para o fato de que a participação do movimento negro se dá para além do auxílio no processo de trabalho e renda. A quituteira, quando questionada sobre tal aspecto, diz que o apoio chega nas relações interpessoais quando este se dá:

[...] tanto com eventos, financeiramente, também pra dar um apoio emocional, que muitas vezes a gente precisa desabafar. Aí alguns grupos de mulheres negras que eu participo um dos pilares é esse também, pra gente se ajudar emocionalmente, porque às vezes a gente não está bem e precisa conversar, aí tem alguém pode ajudar, ou é psicólogo, ou alguma coisa que possa ajudar.

Para Hirata e Zarifian (2003), a noção moderna de trabalho teria duas definições: a primeira, que se apresenta como uma concepção antropológica, para a qual o trabalho seria uma formulação genérica da ação humana. Essa definição, explicam os autores, baseia-se na teoria do teórico Karl Marx (1965 *apud* Hirata e Zarifian 2003), que descreve o trabalho como um ato essencial que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas (Hirata; Zarifian, 2003).

A segunda definição redefine a primeira, pois acrescenta o fato de que essa relação homem e natureza, atravessada pelo trabalho, é mediada também pelas condições sociais determinantes: falamos de um trabalho artesanal, escravo ou assalariado? Por essa definição, é dado o advento capitalista, no qual o trabalho assalariado está como controle do assalariado que trabalha. Conforme essa lógica, o trabalho é substrato da vida, que não se sustenta nos arranjos do capital (Navarro; Padilha, 2007). Mas mesmo nesses intermeios, o trabalho segue organizando a vida e circundando as relações, causa e efeito da estrutura social que implica no processo de subjetivação dos sujeitos.

No momento em que estamos, a estrutura social nos apresenta novas formas de olhar para o trabalho e os trabalhadores, para além da sua via pragmática. Com as desregulamentações do trabalho e dos direitos trabalhistas, das precarizações das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical, aumentam-se as consequências na saúde do trabalhador, física e psíquica (Navarro; Padilha, 2007). Os modos de produção que se diferem dos industriais — fordistas e tayloristas — reverberam a falta de estabilidade e reconhecem a insegurança dos vínculos. E por aqui chegamos ao trabalho enquanto fenômeno psicossocial.

A concepção de fenômeno psicossocial implica-nos a pensar nas associações entre trabalho e movimento social, uma vez que estes são mediadores dos processos

de subjetivação. Ao ser perguntada sobre o assunto, Sônia, ceramista, responde que a relação está para ela como uma “rede de apoio”. Ela diz que é “entre amigas” que circulam indicações e complementa dizendo: “a gente tem uma rede de pessoas, quando tem um evento que eu fico sabendo chamo elas, aí é uma troca, né?”. Uma vez que a economia solidária tem como pressuposto redes de solidariedade e cooperação social e econômica, a entrada de pessoas negras nesse movimento pode ser encarada como uma forma de enfrentamento aos mecanismos discriminatórios do racismo no ambiente de trabalho formal. Além disso, esse processo reafirma a identidade dos sujeitos envolvidos de maneira a propor um processo de subjetivação positivada por meio da raça.

Ivani, brechozeira, entretanto, diz que há diferenças em participar de feiras que são ligadas ao movimento negro das que não são, citando aspectos como se sentir “bem à vontade”, porque consegue realizar as vendas e conhecer pessoas do movimento. Complementa dizendo que ajuda também “pela vivência e pela troca com as pessoas”.

## **SUBJETIVIDADE E ECONOMIA CRIATIVA**

Na fala dos entrevistados, um dos sentidos que remetem a trabalhar por conta própria é a relação com o modo de vida e a subjetividade. Essa relação entre identidade e trabalho, por meio da economia solidária (ES), aponta de que maneira as pessoas vivenciam e dão sentido às suas experiências profissionais. Interpretar a relação entre sujeito e trabalho nos coloca frente ao contexto histórico, socioeconômico e cultural dos indivíduos que exercem o trabalho autônomo, pois cada tempo e contexto social particulariza diferentes modos de subjetivação (Nardi *et al.*, 2006). Se analisarmos a relação entre pessoas escravizadas e senhores de engenho no Brasil Colonial, do empregado ao patrão no período pós-Revolução Industrial, do sujeito que trabalha por conta própria no contexto da economia neoliberal ou dos que estão inseridos em projetos que envolvem a economia solidária — tema de análise deste artigo —, é possível observar que os sentidos atribuídos ao trabalho mudam de acordo com o tempo e espaço aos quais estamos nos referindo.

A ES, ou economia criativa, pode ser definida como uma forma de trabalho, geração de renda e de inserção profissional por meio de coletivos e movimentos sociais que configuram o mercado de trabalho contemporâneo. A própria ES pode ser entendida como um movimento social que combate os mecanismos discriminatórios do trabalho formal, pois o acesso a essa forma de renda passa por demandas sociais muitas vezes excludentes, como formações específicas, experiência prévia em determinadas atividades e até mesmo residir próximo a locais centrais de áreas urbanas — para quem mora em regiões marginalizadas, esse requisito não será atendido. Dessa forma, podemos considerar que a ES promove uma solução para o acesso a renda e inserção social às formas de trabalho por conta própria (Nardi *et al.*, 2006).

Durante as entrevistas realizadas, pudemos notar que a autogestão desses trabalhadores está diretamente relacionada com o contexto social no qual estão inseridos, bem como seu processo identitário que reflete não só na forma de

empreender, como também nos produtos a serem comercializados (Ultramari *et al.*, 2022). Na conversa com Edna, estávamos falando sobre seu processo de confeitaria para confecção e comercialização de doces, quando ela comentou:

[...] o que eu vejo que eu estudo, é que a comida pra gente é uma coisa sagrada, porque depois que os escravizados foram trazidos de África, foi uma coisa que foi negada. Então qualquer coisa que se fizesse de alimentação era uma coisa sagrada. Então fazia com amor, com carinho, pra que você nutrisse não só o corpo, mas a alma. Então a minha alimentação, as minhas receitas é exatamente pra isso, é uma comida de afeto, para que você seja nutrida não só o coração, mas também a alma.

Além disso, quando perguntamos sobre a relação das suas formas de comercialização com sua trajetória e identidade, a entrevistada respondeu:

[...] na pandemia eu também mandava bilhetinhos, a minha propaganda era: "aqueça o coração do seu amigo com um doce ancestral", "o meu doce tem gosto de abraço". Eu colocava essas frases, porque a comida quilombola é uma comida de muito aconchego, de afeto, de amor. É uma comida da oralidade, mas é uma comida familiar, que é passado de mãe pra filha, pra primo, então é uma comida familiar, é uma comida afetiva, então eu também usei muito isso pra promover a minha marca.

Dessa forma, nota-se que o trabalho tem se configurado como um mecanismo que se relaciona diretamente com o processo identitário do sujeito (Ultramari *et al.*, 2022). Nesse caso, Edna relaciona a cultura da oralidade e culinária quilombola com seus métodos de comercialização, de maneira que o sentido atribuído a seus doces caracteriza uma forma particular de interação social que conversa diretamente com a subjetividade da entrevistada. O mesmo pode ser identificado em Sônia. Quando questionamos como se deu o interesse em produzir materiais de cerâmica com estampas étnico-raciais de povos africanos e outras sobre sexualidade, ela trouxe:

[...] eu acho que principalmente pelas feiras que eu acabo escolhendo participar, e também porque eu tinha que ter um nicho, mas também é uma coisa que eu dialogo nas minhas pesquisas, a questão de gênero, da estética africana, é isso, acho que é tudo uma coisa só. Está relacionada com a minha vida e é uma questão política pra mim também. Na pesquisa sempre foi assim, as minhas pesquisas sempre têm uma pegada política, desde o meu primeiro TCC lá atrás, há bastante tempo, sempre estive falando sobre a questão racial, que é algo que me atravessa e eu gosto de pensar politicamente em todas as minhas pesquisas. Eu não saberia pesquisar uma coisa que não me diz respeito e é a mesma coisa com a cerâmica né.

Portanto, nota-se que o trabalho está intrinsecamente relacionado à subjetividade e à construção de identidade racial dessas entrevistadas. A economia solidária ainda está presente sob estruturas sociais específicas, por isso não está livre de barreiras estruturais que possam dificultar o retorno financeiro dos trabalhadores por conta própria, mas pode proporcionar novas formas de interações sociais que fortalecem o processo identitário e subjetivo dos empreendedores que encontram nos movimentos sociais estratégias de desenvolvimento pessoais e profissionais em seu ramo de atividades (Ultramari *et al.*, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscamos compreender de que forma a ES atua como agente mediador do processo de subjetivação em pessoas negras que trabalham por conta própria. A experiência individual de cada sujeito perpassa barreiras estruturais de acesso ao mercado de trabalho formal, desde a porta de entrada até a permanência e a ascensão desses profissionais. Ideologias discriminatórias, como o mito da democracia racial, contribui para um processo de formação de identidade desafiador para pessoas negras, pois ao mesmo tempo em que se sustenta a ideia de meritocracia, mecanismos discriminatórios atuam como mediadores da relação entre sujeitos negros e as tão sonhadas oportunidades.

Essas formas de exclusão não afetam somente oportunidades econômicas, mas também a saúde mental e o bem-estar psicossocial desses indivíduos que buscam encontrar na economia criativa uma forma de gerar renda. Para além disso, foi possível notar que o empreendedorismo tem se relacionado com a constituição de identidade dessas pessoas, pois a área de atuação dos entrevistados está ligada a valores pessoais e movimentos sociais que proporcionam um espaço de resistência e fortalecimento (Schucman; Gonçalves, 2020).

Na análise das entrevistas realizadas, podemos observar que os movimentos sociais são como ferramentas de mobilização para gerar acessos, renda e fortalecimento não só de vínculos, mas também de identidade positivada durante o processo de subjetivação de pessoas negras que trabalham por conta própria. Entretanto, esses espaços não estão imunes aos mecanismos discriminatórios estruturais, a organização de feiras e eventos comumente ocorre por meio de relações de poder entre sujeitos que estão hierarquicamente acima dos demais, tornando inviável a participação nesses locais. O preço exorbitante para participar desses eventos de promoção da marca são exemplos das barreiras estruturais que acabam inviabilizando a participação, pois o valor investido não corresponde ao retorno financeiro.

Finalizamos este artigo reconhecendo a dialética posta sobre a economia criativa, pois tem produzido um lugar de pertencimento e formas de positivar a identidade negra, no entanto fica evidente que a trabalhadora e o trabalhador negros carregam uma história singular de discriminação racial e de exclusão no mercado formal, bem como no apoio para o empreendedorismo e a economia criativa. É preciso, portanto, apontar a necessidade de políticas públicas e privadas que invistam nos processos criativos da população que construiu grande parte desse país sem apoio e por conta própria, para que, dessa forma, seja possível traçar novos caminhos que possam contribuir para processos de subjetivação livres da discriminação racial e de gênero (Ultramari *et al.*, 2022).

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta (org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CESARIO, Bianca. **Falta de políticas públicas explica desigualdades raciais no mundo empresarial, diz pesquisador**. Instituto Ethos, 2017. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/falta-de-politicas-publicas-explica-desigualdades-raciais-no-mundo-empresarial-diz-pesquisador/>. Acesso em: 5 maio 2024.

COMIN, Alvaro Augusto. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. *In: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DEON, Ana Paula da Rosa; PEREIRA, Eliane França; DE SOUZA, Pâmella Batista; PELLEGRINI, Priscila Gasperin; TOLFO, Suzan. Saúde mental do trabalhador. *In: TOLFO, Suzana da Rocha (org.). Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador: fundamentos e intervenções com base na psicologia* São Paulo: Vetor Editora, 2020. cap. 8, p. 203-223.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos**. DIEESE, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>. Acesso em: 5 maio 2024.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 402-411, jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (O legado da "raça branca")**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. *In: EMÍLIO, Marli. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2019**. ISBN 978-85-240-4530-1. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 8 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. *In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. 1. ed. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

LESSA, Carlos. Prefácio: Os ovos da serpent. *In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 11-18.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. VII, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos (org.). **Viver por conta própria: como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Niterói: EDUFF, 2004.

NARDI, Henrique Caetano; YATES, Denise Balem; FERNANDES, Janice Mendes; RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, edição especial 1, p. 14-20, 2007.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. À supremacia branca brasileira: que lógicas sustentam o arranha-céu cheio de brancos? **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/a-supremacia-branca-brasileira-que-logicas-sustentam-o-arranha-ceu-cheio-de-brancos.shtml>. Acesso em: 5 maio 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe., p. 109-123, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Márcia Regina de Lima; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-44.

ULTRAMARI, Leonardo Roman; NAZARIO, Luciano da Costa; PACCE, Benjamin Dias; MARTINS, Eduardo Teixeira. Neoliberalismo e a construção do sujeito criativo. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e250709, 2022.

## Sobre as autoras

**Lia Vainer Schucman:** Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

**Heitor Marques Santos:** Mestrando na área de Psicologia Social e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Maria Eduarda Delfino das Chagas:** Mestranda na área de Psicologia Social e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

**Conflito de interesses:** nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

**Contribuições dos autores:** Schucman, L. V.: Conceituação, Metodologia, Supervisão, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Santos, H. M.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Chagas, M. E. D.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.

